Cabinda Participações S.A

Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2022

Conteúdo

| Relatorio sobre a revisao de informações trimestrais – ITR | \$ |
|--|----|
| Balanço patrimonial | 6 |
| Demonstração do resultado | 7 |
| Demonstração do resultado abrangente | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | g |
| Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) | 10 |
| Notas avalicativas às informações financeiras | 11 |

Notas explicativas às informações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Cabinda Participações S.A. ("Companhia" ou "Cabinda") foi constituída em 31 de julho de 2000, fruto da cisão parcial da sociedade Poconé Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no País ou no exterior.

Em 10 de junho de 2021, a GP Holdings I, LLC adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela Palta LLC e GPCP I FIP pelo valor total de R\$ 1; em consequência dessa transação, a GP Holdings I, LLC passou a deter o controle da Companhia com 99,99% do capital social.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e desde a sua constituição não gerou receitas decorrentes de sua atividade, caso seja necessário, o investidor realizará aportes para cumprir as suas obrigações. Sua principal fonte de resultado será o reconhecimento de ganhos ou perdas em sociedades que futuramente vier a adquirir. No momento, ainda não há nenhum setor de interesse de participação por parte da Companhia, cujos investimentos serão realizados à medida da concretização das oportunidades em análise.

A Cabinda é controlada diretamente pela GP Holdings I, LLC, empresa com sede em Delaware – Estados Unidos, que detém 99,99% do capital social da Companhia. As despesas são custeadas com recursos próprios, advindos de sua constituição e aportes de capital feitos pelo acionista controlador. A controladora tem a capacidade, intenção e comprometimento de prover o nível necessário de suporte financeiro para que a Cabinda cumpra com suas obrigações, considerando sua atual situação econômico-financeira.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 28 de outubro de 2022.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de apresentação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações intermediárias, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas nº 2 das Demonstrações Financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia, e são apresentadas em milhares de real. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em milhares de real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas contábeis

A elaboração das informações financeiras intermediárias requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em

valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Para a data base de 30 de setembro de 2022, não há estimativas relevantes.

2.4.1 Novos pronunciamentos contábeis

As seguintes normas, emendas e interpretações das normas existentes foram publicadas, mas ainda não estão em vigor. A Companhia avaliou o impacto das normas e interpretações abaixo mencionadas. Com base na análise efetuada, a Companhia conclui que as novas normas não têm impacto material nas políticas contábeis da Companhia, nos seus resultados globais e na posição financeira.

| Novos Pronunciamentos – IFRS | Título | Em vigor para o ano encerrado em 31 de dezembro, |
|------------------------------|---|--|
| Emendas para o IAS 1 | Apresentação de demonstrações financeiras | 2023 |
| IFRS 17 | Contratos de seguro | 2023 |

3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos a vista, com conversibilidade imediata e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

| | 30/09/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------------------|------------|------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 53 | 56 |
| | 53 | 56 |

4 Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar aos fornecedores por serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades e, referem-se substancialmente a contas a pagar de despesas com publicação das informações financeiras intermediárias e taxas para manutenção do registro da Companhia. Em 30 de setembro de 2022, o montante de contas a pagar aos fornecedores é de R\$ 10 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 33).

5 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020 foi aprovado o aporte, por subscrição privada, no montante de R\$ 270 com a emissão de 270.000 ações, sendo 90.000 ações ordinárias e 180.000 ações preferencias Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 por ação, sendo que o valor de R\$ 0,10 por ação será destinado à conta de capital social e o valor de R\$ 0,90 por ação será destinado à conta de reserva de capital. A destinação do valor de R\$243 para a conta de reserva de capital da Companhia e o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$27. O valor total será integralizado conforme necessidade.

Em 31 de março de 2022, foi integralizado R\$100 destinado à conta de reserva de capital. Em 30 de setembro de 2022, o capital social integralizado total é de R\$ 913 dividido em 7.374.000 ações (7.374.000 ações em 31 de dezembro de 2021), sendo 2.458.000 ações ordinárias (2.458.000 ações em 31 de dezembro de 2021) e 4.916.000 ações preferenciais Classe B, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.

As ações preferenciais de Classe A serão resgatáveis, terão direitos de voto e prioridade partilhada em igualdade de condições com as ações preferenciais de Classe B, no recebimento de um dividendo mínimo correspondente a R\$0,01 (um centavo) por ação, aplicáveis somente se a Companhia tiver lucro. As Ações preferencias de Classe B serão resgatáveis e não terão direito de voto.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

b. Reserva legal

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social. Em virtude de a Companhia não ter apurado lucro, nenhum valor foi destinado a essa reserva.

c. Dividendos

Aos acionistas, está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social.

6 Despesas por natureza

Correspondem a gastos com publicações, honorários de auditoria, taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), contribuições, despesas bancárias e outros.

| | Período de nove meses findo em | | Período de três meses findo em | |
|-------------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|------------|
| | 30/09/2022 | 30/09/2021 | 30/09/2022 | 30/09/2021 |
| Publicações | (10) | 23 | 1 | 6 |
| Auditoria e consultoria | 26 | 23 | 10 | 7 |
| Taxas e tributos | 49 | 48 | 16 | 16 |
| Total de despesas | 65 | 94 | 27 | 29 |

7 Provisões e passivos contingentes

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou tributária, que devessem estar registrados ou divulgados nas informações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

8 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 934 (R\$ 845 em 30 de setembro de 2021). Em função das incertezas quanto à realização dos créditos decorrentes do prejuízo fiscal e da base negativa acima mencionados, além do histórico de prejuízos fiscais, a Companhia não registrou os impostos diferidos em seu balanço patrimonial.

9 Gestão de riscos

a. Política de gestão de riscos

Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía depósitos financeiros, ou seja, saldos em conta corrente, em instituição financeira nacional de primeira linha cuja exposição a eventual risco de crédito é mínima.

c. Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade deste mercado. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

d. Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia não cumpra as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Cabinda Participações S.A

Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2022

e. Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em títulos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado poderiam afetar o fluxo de caixa da Companhia. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros que pudessem gerar essa exposição.

10 Outras informações

a. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

b. Transações entre partes relacionadas

A Companhia não realizou transações envolvendo partes relacionadas.

c. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou transações ou eventos subsequentes que gerassem impacto nas demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2022.